

O MÉTODO COMPARATIVO EM ANTROPOLOGIA

CONTRIBUIÇÃO E DEFICIÊNCIAS DA ABORDAGEM TRANSCULTURAL

João Pompeu de Souza Brasil

O presente artigo representa mais uma contribuição didática do que um ensaio crítico com pretensões acadêmicas de reformulação ou contribuição teórica. Nossa intenção aqui é apresentar — numa tentativa de síntese — os méritos e deficiências do procedimento comparativo em antropologia, dando atenção especial à chamada abordagem transcultural (*Cross-cultural method*) como tem sido manipulada por alguns dos seus adeptos. Representa, portanto, mais um entre muitos trabalhos que versam sobre o assunto. (1)

PROCEDIMENTO COMPARATIVO NAS CIÊNCIAS

Não se pode negar motivos aos cientistas sociais para desenvolverem tantos esforços na busca de técnicas comparativas aplicáveis às suas disciplinas, pois não desconhecemos que, em última instância, é sobre comparações que se funda o conhecimento científico de modo geral. O procedimento comparativo é comum a todas as ciências. Quando se registra a representação matemática $a' \leq a < a' + (0,1)n$ resume-se a afirmativa de que *certo número a' é o valor aproximado do número a por falta, com n algarismos decimais exatos, quando a' é o valor aproximado de a , menos de $(0,1)n$ por falta* (2);

(1) Apesar de raros em língua portuguesa, podem-se contar pela ordem das centenas os trabalhos publicados em inglês dentro deste tema.

(2) Isto em cálculos aritméticos aproximados.

mas êsse enunciado, como aquêle que diz que os *coeficientes de dois termos equidistantes dos extremos são iguais* (3), e outros como “tôda combinação química apresenta, sempre, os mesmos elementos combinados em pêso, em proporções fixas” (4) são o resultado de comparações do mesmo modo que a verificação sistemática em mecânica, genética, bioquímica etc., resulta em regras e leis decorrentes da comparação de grandezas ou fenômenos naturais.

Se, contudo, é comum o procedimento comparativo, o mesmo não acontece com o grau de dificuldade com que se deparam, de um lado, as chamadas ciências exatas ou naturais, e, de outro, as ciências sociais — e, portanto, a antropologia. Nessas últimas as dificuldades são incomparavelmente maiores. Pois, enquanto no primeiro grupo se registra uma perfeita alteridade entre o pesquisador e o objeto pesquisado, no segundo grupo o objeto a ser comparado pertence à mesma categoria daqueles que fazem a comparação. Há verdadeira identidade ontológica entre o pesquisador e o objeto pesquisado. Acrescentando-se a isso que as diversas sociedades em geral respondem de formas variadas ao mesmo estímulo, que as mesmas são muito mais versáteis e imprevisíveis do que o objeto das ciências naturais, constituindo-se em sistemas extremamente mais dinâmicos em suas transformações, podemos ter uma idéia do problema enfrentado pelos etnólogos em particular e pelos cientistas sociais em geral, nas suas magnas tentativas de tornar “científicas” as suas disciplinas. Essa restrição na possibilidade de executar comparações baseadas em fundamentos exatos e seguros se manifesta, sem dúvida, como a dificuldade capital das ciências sociais.

Como já dissemos, a comparação é o fundamento do conhecimento e, nas ciências do comportamento, êsse procedimento antecede de muito ao surgimento da antropologia como disciplina científica com um corpo de conhecimento delimitado. Aristóteles, estudando formas de constituições, Maquiavel, verificando a retenção ou perda de poder entre regentes, são exemplos de pensadores antigos fazendo comparações; e os precursores da sociologia e antropologia social, como Ferguson, John Millar, Turgot, Cordocet, Saint Simon e Comte, no século XVIII, também o são, apesar de se poder “dizer daqueles escritores que seus métodos eram ilustrativos mais que comparativos” (Evans-Pritchard — 1963:4), isto é, êles confrontavam situações empíricas mais com propósitos de ilustrar suas conclusões do que como elementos que lhes permitissem chegar às mesmas.

Enquanto isso, no século XIX, os primeiros sociólogos e antropólogos, como McLennan em *Primitive Marriage* (1865) e Spencer em *Principles of Sociology* (1882), (5) usaram francamente de comparações para chegarem às suas conclusões. Êste último chegou mesmo

(3) Do binômio de Newton.

(4) Lei de Proust (relativa à proporção de elementos químicos em combinação).

(5) Citados em Lowie (1946) e Kardiner (1964) respectivamente.

a dispor seus dados em tabelas classificadas para facilitar o procedimento comparativo. Tylor, citado em Evans-Pritchard (1963:8), já afirmava na sua famosa "lecture" "sobre um método de investigação do desenvolvimento das instituições, aplicado às leis do casamento e da descendência" (1888) que "a antropologia nunca seria aceita pelos homens de reputação em ciência, até que seus métodos de análise fôsem mais rigorosos e que ela (antropologia) pudesse apresentar suas conclusões em números. Este antropólogo — talvez o primeiro a merecer o título — aplicava o cálculo estatístico das probabilidades a dados etnográficos de modo análogo ao que é feito por sociólogos e antropólogos atuais (principalmente transculturalistas), para encontrar relações causais entre os mesmos, isto é, onde X então Y, ou, onde X então Y e Z.

Assim, de contribuição em contribuição, o procedimento comparativo evoluiu nas ciências sociais até alcançar o desenvolvimento e a generalidade que se pode observar com a emergência do chamado *cross-cultural-method* (6).

A ABORDAGEM TRANSCULTURAL

A abordagem transcultural é um procedimento científico, eminentemente comparativo, que utiliza registros escritos referentes à cultura dos mais diversos povos espalhados pela superfície terrestre, para permitir, através de técnicas quantitativas, a formulação e verificação em larga escala de generalizações em antropologia. Tem-se revelado útil como abordagem metodológica para testar hipóteses sobre o comportamento humano em qualquer nível de generalização e em qualquer ramo das ciências do comportamento. (7)

A abordagem em questão se faz possível, com a eficiência por ela atingida, graças aos resultados do *cross-cultural-survey*. Trata-se de um programa de pesquisas da Universidade de Yale destinado a coletar e processar informações relativas às várias culturas de todos os continentes, até então dispersas em monografias muitas vezes inacessíveis, especialmente a cientistas sociais de outras nações. O conjunto dessas informações viria a se constituir numa amostra etnográfica mundial de sociedades. Na execução dessa tarefa, idealizada e coordenada por George Peter Murdock com sua equipe de Yale, participam hoje 16 universidades, sendo o resultado do trabalho os chamados HRAF (*human relation area files*). (8) O

(6) A tradução literal de *cross-cultural-method* seria "método transcultural" mas preferimos usar a expressão abordagem por acreditar que essa técnica constituiu-se em refinamento do método comparativo e não um método autônomo.

(7) Recorde-se, p. ex., que do método têm lançado mão não só antropólogos mas muitos sociólogos e psicólogos para comprovação de certas hipóteses (Nimkoff e Middleton, 1960; Freeman e Winch, 1957; Bacon, Child e Barry, 1963).

(8) Arquivos por Área de Relações Humanas.

processamento das informações que vão para esses arquivos consiste em operar uma bibliografia completa das principais fontes alusivas a cada sociedade, classificando cada parágrafo em cartões e distribuindo-os pelas categorias apropriadas dos arquivos. Com o uso dos arquivos, o tempo dispensado a qualquer estudo feito através da abordagem transcultural é reduzido a pequena fração do que seria dispensado em outra maneira.

Do exposto, pode-se concluir de pronto que os objetivos do grupo de Yale liderado por Murdock ao idealizar o *survey* — que se constitui no instrumento fundamental do método transcultural — podem resumir-se em dois pontos básicos: 1) garantir uma fonte precisa de dados etnográficos do maior número possível de sociedades espalhadas pelo globo, para facilitar a pesquisa, e 2) permitir a consecução do objetivo teórico de generalização em larga escala, apoiada em procedimentos quantitativos.

Podemos afirmar que a abordagem transcultural veio superar em grande parte as dificuldades já aludidas ao método comparativo nas ciências sociais — identidade ontológica pesquisador-objeto, diversidade na organização social do gênero humano etc. — e que sua emergência se constitui efetivamente num verdadeiro salto em relação às técnicas comparativas anteriores. Desenvolvida por vasta equipe de antropólogos que tinham ao seu dispor melhores recursos materiais e técnicas mais sofisticadas, a abordagem transcultural conseguiu impor-se a grande número de antropólogos das décadas de 1940 e 1950, principalmente nos Estados Unidos, onde Murdock surgiu como o líder dos transculturalistas, sendo realizados, sob sua influência, vários estudos famosos no campo da antropologia, sociologia e até psicologia. Seu livro *Social Structure* (1949) ainda hoje é leitura obrigatória nos departamentos de antropologia e sociologia de muitas universidades norte-americanas. Tudo por causa da superioridade da nova abordagem sobre as que haviam sido usadas até então na maioria dos estudos sociológicos e etnológicos anteriores a ela, com empenho comparativo.

Mesmo assim, o exame mais minucioso das técnicas e do resultado de suas aplicações veio, nos anos subsequentes à euforia inicial, localizar algumas deficiências. Isso determinou a refutação de algumas hipóteses ou leis enunciadas como resultados da aplicação do método transcultural. As deficiências apontadas podem ser distribuídas em dois grupos: a) deficiências do *survey* para a consecução da amostra mundial do HRAF e b) interpretação deficiente dos dados etnográficos por etnólogos transculturalistas. Entre essas deficiências sobressaem as seguintes, por serem mais comuns: classificações defeituosas de etnógrafos na colheita e no relato dos fatos; categorias falhas criadas pelos etnólogos na elaboração da amostra mundial da HRAF; fraça representatividade da amostra em relação a certos assuntos; uso indiferente (criticamente) das fontes de informações; interpretações defeituosas dos dados etnográficos; correla-

ções simplistas; descuido em relação do "bias" na classificação das informações.

Um caso que pode ilustrar várias dessas deficiências é o livro do próprio Murdock. Para o estabelecimento de suas correlações, o autor utilizou, em parte, dados já classificados no HRAF, porém não foi suficientemente crítico na seleção dessas informações, servindo-se, às vezes, de fontes não muito fidedignas, como no caso dos Azande, para cujo estudo foram utilizados unicamente os dados fornecidos pelo casal Seligman (1932) "que nunca esteve nem perto do território desse povo" (Evans-Pritchard 1963). Ainda em relação aos Azande, suas conclusões são falhas e desorientadoras ao afirmar que, entre a alta nobreza Azande, os pais têm permissão de casar com as filhas (Murdock 1949: 266-67-68), quando na realidade o que ocorre é o direito que os membros dos clãs reais têm de coabitarem com as respectivas filhas, se o desejarem. Mas isso não significa necessariamente casamento. Além disso, os Azande estão classificados como povos onde a instituição do clã não é registrada (no livro de Murdock) mas Evans-Pritchard (1963) acha que no trabalho dos Seligman se encontram tôdas as informações necessárias às entradas de tabulação que resultaria na conclusão de que os clãs se acham presentes naquela sociedade, atestando isso falhas nas correlações de Murdock: Kobben (1967:3), tratando das excessões às regras estabelecidas pelo procedimento comparativo através da abordagem transcultural, também aponta o livro de Murdock (1949:152) como um exemplo extremo e escreve: "sua (de Murdock) hipótese é "onde ocorre residência bilocal, então há terminologia do tipo *geração*". Para testá-lo, êle examina 20 sociedades com padrão de residência bilocal e encontra 9 que, de fato, provam ter termos de geração. Ora, aí teríamos uma incidência de mais de 50% dos casos para infirmar a hipótese; porém, do exame de outras 220 sociedades com outras regras de residência (não bilocal), Murdock concluiu pela veracidade de sua hipótese com base no fato de que 187 destas últimas apresentavam outros termos que não aqueles do tipo geração. Aqui, como demonstra Kobben, encontra-se uma situação de correlação simplista; senão vejamos a tabela elaborada por Kobben para ilustrar o argumento.

	Residência bilocal	outras regras de residência
Têrmos tipo geração	9	33
Outros têrmos	11	187

Nesta tabela encontramos na coluna das sociedades com residência bilocal onze casos a representarem exceções e mais 33 na coluna das 220 sociedades com outras regras de residência. Em artigo de Van Velsen e Van Wetering (1960) em que os autores utilizam a Amostra Etnográfica Mundial (*World Ethnographic Sample* — Murdock 1957) para testar suas hipóteses sobre contendas intra-sociais também encontra-se uma exceção. A hipótese dos holandeses é que grupos de interesses fraternos — grupos de poder de homens emparentados — recorrem à agressão quando os interesses dos seus membros estão ameaçados, dêsse modo as sociedades sem grupos de interesses fraternos seriam pacíficas. No teste da hipótese, entre as 50 sociedades da amostra, (Amostra Etnográfica Mundial) constatou-se uma exceção — a dos iroqueses — onde não se encontrou correspondência entre o caráter pacifista da sociedade (que não apresenta grupos fraternos) e a falta de contendas sangrentas após um homicídio (Otterbein e Otterbein 1965).

Poderíamos ainda organizar extensa lista de deficiências apontadas por críticos da abordagem transcultural contudo, atermos-nos a alguns comentários sobre a obra de dois outros autores. Na hipótese de Nieboer sobre a escravidão, aquele cientista defende que onde toda a terra disponível pela sociedade está em uso não deve ocorrer escravidão, porque as pessoas sem terra ficam obrigadas a oferecer seus serviços aos que a possuem, e assim a escravidão não se faz necessária (Nieboer 1910). Entretanto, testando sua hipótese entre sociedades da Micronesia, onde na maioria dos casos as terras agricultáveis são completamente ocupadas, verificou que vários etnógrafos registravam a ocorrência da instituição “escravidão” nessas sociedades. Nesse caso específico, Nieboer encontrou condições para continuar defendendo sua hipótese, graças à descoberta de que sua interpretação do termo “escravo” — uma pessoa que é propriedade de outra e que é forçada a permanecer com seu dono — diferia daquela utilizada pelos etnógrafos que haviam estudado povos da Micronésia — indivíduos que, apesar da extrema pobreza e sujeição aos donos de terra, têm direito a trocar de dono quando desejarem. Nesse caso particular houve possibilidade do etnólogo encontrar uma saída do impasse, mas em geral ele não tem alternativa senão acreditar nas afirmações do etnógrafo e, como consequência, suas classificações poderiam resultar incorretas. No caso de Horton (1943), correlacionando estado de insobriedade alcoólica com liberdade sexual pré-marital, chegou ele a conclusões que não eram corretas, pois, como indica Kobben (1967), ocorreram erros nas correlações estatísticas, induzindo Horton a desvios anti-científicos.

Citem-se, ademais, como falhas da abordagem, as classificações para permitir correlações que, mesmo isentas de erros, não se constituem em meios para a explicação de qualquer sistema cultural, as classificações “áridas”, fins em si mesmas sem grande relevância

antropológica, extraídas de seu contexto, que não nos levam a nenhuma conclusão.

Por fim, lembramos a falha comum a Murdock e a muitos dos seus seguidores — a de comparar traços culturais isolados dos seus contextos funcionais e estruturais. No exame de uma variável qualquer é freqüente a atitude de compará-la à que parece de mais fácil tratamento, em lugar de examiná-la dentro do sistema de variáveis no qual a mesma se encontra inserida. Um exemplo evidente é a tentativa de Murdock, já citada, para estabelecer um vínculo estatístico entre padrões de residência bilocal e um tipo de terminologia de parentesco (1949:135-36-37). Para testar essa hipótese, como vimos, Murdock correlacionou cerca de duas centenas de sociedades, das quais extraiu os traços citados (residência bilocal e terminologia de parentesco de modo independente, como se os mesmos não pertencessem a um sistema, quando poderia com o mesmo esforço correlacionar qualquer um deles com outros traços dentro do mesmo sistema, como por exemplo, com a organização política e econômica, a tecnologia, os dados demográficos, formas de propriedade etc., para se permitir conclusões relativas a um todo estrutural com realidade concreta.

CONTRIBUIÇÕES DA ABORDAGEM TRANSCULTURAL

Entretanto, apesar de tôdas as objeções lançadas à abordagem transcultural, sua contribuição ao conhecimento etnológico tem valor incontestável e nela se encontram de igual modo pontos positivos para a antropologia.

Seu propósito por excelência é de atingir o geral, vindo do particular, entre fenômenos sociais e culturais, apesar de nunca ter-se apresentado útil como instrumento de investigação das variações entre seres humanos individuais. Seus pontos fortes, que permanecem até hoje, têm sido a capacidade de estudar relações funcionais entre elementos diversos em sociedades e culturas humanas e a capacidade de testar outras teorias por meio de correlações que permitem usar as técnicas matemáticas. (9) Um exemplo disso, pode-se encontrar em Naroll (1970: 1229) ao comentar os testes transculturais aplicados ao estudo de Redfield (1941) sobre as Culturas de Yucatan (*Folk Culture of Yucatan*) no tocante à generalidade das características definitórias dos extremos do continuum folk-urbano. Segundo Naroll, dos onze traços apresentados por Redfield para diferenciar as comunidades mais desenvolvidas das menos desenvolvidas, três já estão definitivamente confirmadas como tendo aplicabilidade universal (heterogeneidade, divisão do trabalho, economia monetária-

(9) A propósito, ver Otterbein (1969); Narold and Cohen (1970) e Sawyer and Levine (1966).

ria); duas estão definitivamente desacreditadas (instituições de parentesco e magia negra) e das seis restantes, ainda não testadas formalmente pelo método transcultural, três parecem plausíveis àquele autor (isolamento, impessoalidade, liberdade de ação) enquanto que as outras três parecem questionáveis (secularização dos especialistas, religiosidade geral e explicação de moléstias).

Ainda como aspectos positivos inerentes à própria abordagem, desejamos lembrar que a mesma se constitui em avanço significativo do método comparativo em Antropologia. O confronto entre culturas, instituições ou traços culturais passou a ser feito não apenas com o objeto de ilustração — como entre os evolucionistas unilineares McLennan, Taylor, Frazer etc.) — mas especificamente no interesse das comparações sistemáticas onde a ênfase repousa nas diferenças entre os povos e não nas similaridades. Os arquivos do HRAF, indubitavelmente, são uma fonte de informação valiosa à disposição de qualquer cientista social que dêe desejar fazer uso.

Ademais, não se pode negar a significativa contribuição dos transculturalistas à teoria da cultura. O próprio livro *Social Structure*, de Murdock, não obstante tôdas as restrições contra êle imputadas, apresenta resultados substancialmente válidos. Horton (1943) nos trouxe boas contribuições com seu trabalho sôbre a função do álcool nas sociedades primitivas. Eisenstadt (1956) estudou a relação entre grupos de idade e a estrutura social, trazendo conclusões interessantes e válidas. E muitos outros trabalhos elaborados segundo essa abordagem vieram trazer contribuições ao conhecimento sistemático da etnologia, sociologia e até psicologia, sempre que seus autores observam os devidos cuidados.

As melhores contribuições são daqueles que observam algumas precauções como: a) escolha cuidadosa da amostra para que não se correlacionem informações derivadas de origem comum ou pouco segura; i.e., as amostras devem ser selecionadas por probabilidade de um universo contendo adequadamente tôdas as sociedades descritas que tratem do tema em questão; b) identificação precisa da sociedade a que as etnografias se referem; assim, as unidades sociais devem ser bem localizadas tanto temporal como geograficamente; do mesmo modo que os testes para grupar ou estabelecer analogias devem garantir que as correlações sejam feitas entre traços funcionalmente associados e não entre artefatos ou traços acidentalmente presentes em uma cultura por acaso de empréstimo ou migração acidental; c) atentar para que certos fatos inexistem em algumas sociedades e que as correlações regionais devem mostrar que a associação considerada é universal e não encontrada apenas em uma ou duas regiões; d) entre etnólogos a integridade formal da informação deve ser conferida pelo cálculo da teoria dos erros sistemáticos aplicada a dados factuais, com base nas tabelas de incidências equiprováveis, como testes de contrôle de qualidade, do mesmo modo que tôdas as regras de conceito para classificações e codificações devem

ser explícitas e dignas de toda confiança; e) ao analisar casos discrepantes (como, e.g., os citados por Kobben) procurar explicar as exceções de modo sistemático; f) estar alerta para que as análises causais das matrizes correlacionais devem estabelecer a direção da causalidade entre todas as variáveis consideradas no estudo, e que estas devem incluir todas aquelas que podem ser consideradas relevantes por qualquer cientista social.

O PROCEDIMENTO COMPARATIVO NOS DIAS ATUAIS

Como é possível depreender do que foi dito acima, o método comparativo apresenta-se no pensamento antropológico dividido em duas fases bem distintas com uma terceira que se esboça nos dias atuais.

A primeira fase corresponde àqueles estudos publicados, em geral, antes da década dos 1940, os quais não apresentavam quaisquer esforços de amostragem, mas, principalmente, uma tentativa de encontrar casos (ou traços) que pudessem ser apresentados como ilustração de hipóteses preestabelecidas sem maiores cuidados com suas implicações funcionais em um sistema estrutural. Na verdade os autores desses estudos pouco ou nada atentaram para os cuidados referidos na seção anterior deste trabalho.

A segunda fase engloba a maioria dos estudos comparativos a partir de 1940; mais precisamente àqueles que se seguiram ao livro de Murdock (*Social Structure*), publicado em 1949, o qual pode ser considerado um marco modelar para os trabalhos subsequentes. Nesta fase encontram-se todos os trabalhos do tipo dos que foram citados aqui como ilustração para as deficiências do método. Rigorosamente, esta é a fase da emergência, amadurecimento e aperfeiçoamento da abordagem transcultural.

Como terceira fase teríamos a que começa nos últimos oito ou dez anos, confundindo-se com os momentos finais da fase anterior. Nesta, começam a surgir contribuições pautadas pelos cuidados referidos a pouco. A qualidade dessas contribuições, em grande parte, é devida ao esforço desenvolvido pelos críticos da abordagem, gerando o aperfeiçoamento das técnicas comparativas e do uso da amostra etnográfica de Yale. Também o reconhecimento das deficiências iniciais forçou Murdock e seus seguidores a retificarem certos procedimentos analíticos na tentativa de dar maior precisão às suas conclusões.

Atualmente, os antropólogos que permanecem usando o método comparativo têm sido menos ambiciosos ao mesmo tempo que mais rigorosos. Mesmo entre os ingleses, onde se encontra hoje em dia a maioria dos opositores à abordagem transcultural, existem antropólogos como I. Shapera, Fred Eggan, Evans-Pritchard entre outros,

que têm defendido a investigação comparativa intensiva em escala limitada como sendo mais provável a levar a resultados de alto valor inicial.

Como temos visto, o método comparativo nunca deixou de ser aplicado nem está desaparecendo; tem apenas trocado ou aperfeiçoado suas técnicas, e a abordagem transcultural é uma contribuição, uma etapa no desenvolvimento do estudo organizado da cultura, que começou a muito tempo e continua a se aperfeiçoar. Os transculturalistas atuais têm-se caracterizado por uma atitude de mais modéstia, de menos ambição e maior rigor no estabelecimento de suas hipóteses de trabalho, sendo geral a preocupação em examinar sistemas totais (ou subsistemas) e não mais traços isolados sem vinculação com seu contexto, além de um maior respeito à estatística, à teoria dos erros e ao cálculo das probabilidades.

REFERÊNCIAS CITADAS

- EISENSTADT, S. N. — 1956 — *From Generation to Generation: Age-groups and Social Structure* — Rontledge and Kegan Paul. London.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. — 1963 — “The Comparative Method in Social Anthropology” — *in The Position of Women and Other Essays*. Faber and Faber. London.
- HORTON, D. — 1943 — “The Functions of Alcohol in Primitive Societies” — *Quarterly Journal of Studies on Alcohol*, vol. 4:199-321.
- KARDINER, Abran e Edward Preble — 1964 — *Éles Estudaram o Homem* — Editora Cultrix. São Paulo (ed. americana, 1961).
- KOBLEN, André J. F. — 1967 — “Why Eceptions? The Logic of cross-cultural analysis” — *Current Anthropology*, vol. 8:3-34.
- LOWIE, Robert H. — 1946 — *História de la Etnologia* — Fondo de Cultura Económica. México (ed. americana, 1937).
- MURDOCK, G. P. — 1949 — *Social Structure* — The MacMillan Co. New York. 1957 — “World Ethnographic Samples” — *American Anthropologist*, vol. 59:664-687.
- NIEBOER, H. J. — 1910 — *Slavery as an Industrial System* — ‘s — Gravenhage: Martinus Nijhoff.
- OTTORBEIN, Keith F. and Charlotte Swanson Otterbein — 1965 — “An Eye for an Eye, A Tooth for a Thooth: A cross-cultural study of Feuding” — *American Anthropologist* — vol. 67:1470-1482.
- SAWYER, Jack and Robert A Levine — 1966 — “Cultural Dimensions: A Factor Analysis of the World Ethnographic Sample”. *American Anthropologist*, vol. 68:708-731.
- VAN VELSEN, H. V. E. Thoden and W van Wetering — 1960 — “Resistance, Power Groups and Infra-societal Agression” — *International Archives of Ethnography*, vol. 49:169-200.
- OTTORBEIN, Keith F. — 1969 — “Basic Steps in Conducting a Cross-Cultural Study”. *Behavioral Science Notes*; vol. 4: 221-236.
- NAROLL, Raoul and Ronald Cohen (eds) — 1970 — *A Handbook of Method in Cultural Anthropology*. Natural History Press, New York.

- NAROLL, Raoul — 1970 — "What Have We Learned from Cross-Cultural Surveys?". *American Anthropologist*, vol 72: 1227-1288.
- NIMKOFF, M. F. and Russell Middleton — 1960 — "Types of Family and Types of Economy" — *American Journal of Sociology*, vol. 56: 215-225.
- FREEMAN, Linton C. and Robert F. Winch — 1957 — "Societal Complexity: An Empirical Test of a Typology of Societies" — *American Journal of Sociology*, vol. 62: 461-466.
- BACON, Margaret K. Irvin L. Child and Herbert Barry, III — 1963 — "A Cross-Cultural Study of Correlates of Crime" — *Journal of Abnormal and Social Psychology*, vol. 66: 241-300.

